

TOM KEMP

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA EUROPA DO SÉCULO XIX

PASTA:	10
CÓPIAS:	20
R\$:	2,40
R\$:	2,50
	FRENTE
	FN

Título original: *Industrialization in Nineteenth-Century Europe*

© Longman Group Limited, 1983

Tradutor: José Marcos Lima

Capa de Edições 70 e Jorge Machado Dias

Todos os direitos reservados para a língua portuguesa
por Edições 70, Lda., Lisboa — PORTUGAL

Edições 70, Lda., — Av. Duque de Ávila, 69-r/c Esq. — 1000 LISBOA

Telef.: 578365/556898/572001

Telegramas: SETENTA

Telex: 64489 TEXTOS P

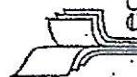
Delegação do Norte: Rua da Fábrica, 38-2.º, Sala 25 — 4000 PORTO
Telef. 38 22 67

Distribuidor no Brasil: LIVRARIA MARTINS FORTES
Rua Conselheiro Ramalho, 330/340 — São Paulo

Esta obra está protegida pela Lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à Lei dos Direitos de Autor, será passível
de procedimento judicial.

PASTA:	10
CÓPIAS:	21
R\$:	2,40
R\$:	2,75
	FRENTE
	FN

PASTA Nº:	32
QTDE. FLS.:	21



Edições 70

Capítulo IV

A ASCENSÃO DA ALEMANHA INDUSTRIAL

No espaço de uma geração, a Alemanha transformou-se de um conjunto de Estados economicamente atrasados, formando uma mancha de retalhos política na Europa Central, num império unificado, impulsionado por uma indústria em rápida expansão, assente numa base tecnológica avançada. Esta transformação, acompanhada como foi pelo recurso deliberado à força militar como instrumento de política nacional e por uma atmosfera de nacionalismo exacerbado, representou um acontecimento do maior significado histórico. Politicamente a Europa entrava numa nova era, que conduziria às duas grandes guerras do século xx. Economicamente, assistia-se à ascensão de um novo monstro industrial capaz de tomar a dianteira no Continente e de enfrentar a posição britânica no mercado mundial.

As condições que prevaleciam antes e durante a irrupção industrial alemã deram ao capitalismo nesse país o carácter que lhe é específico. Isto incluía, em resumo, uma alta concentração do poder económico nas indústrias avançadas, uma forte associação entre a indústria e os bancos e a combinação de uma estrutura institucional arcaica e tradicional com as formas de capitalismo mais desenvolvidas. Era uma mistura dinâmica, para não dizer explosiva. Neste capítulo, tentaremos delinear e explicar a sua formação. Daremos especial relevo, portanto, às peculiaridades do desenvolvimento económico alemão.

O primeiro problema diz respeito às forças conservadoras na Alemanha pré-industrial. Não se trata de mais um caso de descrição de condições do subdesenvolvimento; a Alemanha do século xviii não era um país subdesenvolvido no sentido moderno. Há muito que a Alemanha contribuía para o *stock* da tecnologia euro-

peia. Os seus portos, cidades comerciais e bancos mercantis tinham desempenhado um papel relativamente importante no desenvolvimento económico da Europa. As exigências da Reforma tinham sido os Alemães os primeiros a formulá-las. A tradição intelectual que a Reforma tinha iniciado continuava florescente; as contribuições alemãs para a filosofia, a literatura e a música tinham um peso e uma qualidade impressionantes. No entanto, era indubitável que a Alemanha era um país economicamente atrasado, se comparado com os centros comerciais do Noroeste da Europa. De facto, apenas um número reduzido de regiões alemãs, suficientemente próximas dessas cidades em crescimento para poderem sentir algum estímulo, mostrava sinais de abandono da tradição e da rotina.

Não há dúvida de que a virtual paralisação económica por que a Alemanha passou em consequência da Guerra dos Trinta Anos, e ainda mais por causa das divisões políticas que a Paz da Vestfália (1648) consagrou, explica, em larga medida, o atraso crescente do país em relação às regiões vizinhas da Europa Ocidental. No que toca à estrutura social e ao regime político, os Estados alemães do século XVIII estavam mais próximos da Rússia czarista do que do Ocidente. No quadro de Estados que reis, príncipes e duques governavam autocraticamente, as relações sociais permaneciam basicamente feudais ou semif feudais. Isto era mais evidente nas terras do Hohenzollern, no Leste da Alemanha, onde as propriedades da casta rural e militar, os *Junkers*, eram cultivadas por servos camponeses, no sistema de trabalho compulsivo. Na parte ocidental, e na maior parte do centro, a servidão, nesta forma tão brutal, tinha quase desaparecido em fins do século XVIII. No entanto, apesar de as obrigações dos camponeses terem sido comutadas em pagamentos em dinheiro ou géneros, os poderes sociais e legais dos senhores continuavam a ser amplos. Além disso, na prática, a fonte dos rendimentos dos senhores continuava a ser o excedente que extrahiam à população agrária sob o seu domínio. Contudo, o facto de terem surgido fazendas camponesas de tamanho pequeno ou médio, a partir de uma base hereditária, representou um importante avanço social, em comparação com as grilhetas que ainda afectavam os camponeses na região leste.

Não contando com diferenças regionais ou casos especiais, podemos dizer que a agricultura camponesa tinha um baixo nível produtivo no geral. Uma parte do excedente obtido pelos camponeses acima da mera subsistência era pago aos seus superiores sociais, o que reduzia a possibilidade de investimento em melhores métodos agrícolas. A servidão colectiva da comunidade aldeã reduzia também a iniciativa individual e obstava ao crescimento da produção agrícola para o mercado. Se acontecia a propriedade ser dirigida

pelo senhor, com trabalho dos servos, a organização da agricultura tinha possibilidades de se tornar mais racional. De um modo geral, os senhores não eram grandes proprietários, se comparados com os do Império Habsburgo ou da Grã-Bretanha. Viraram-se para a direcção da propriedade, a fim de manterem os rendimentos, e tornaram-se, quando eram competentes e capazes, empresários agrícolas, vendendo os excedentes das colheitas no mercado — para as cidades, para o exército ou para a exportação — ou mesmo transformando-as em produtos vendáveis na propriedade.

Os senhores da terra prussianos podiam-se dar por felizes porque tinham um mercado e uma força de trabalho dócil à sua disposição. Contudo, o seu grande interesse consistia não no futuro desenvolvimento de uma economia de mercado, mas sobretudo na preservação das relações sociais existentes. Formavam uma casta inaccessível que dominava o Estado e o exército e que fornecia a base social da monarquia dos Hohenzollern. Nenhuma das mudanças introduzidas por Frederico, o Grande (que reinou de 1740 a 1786), poderia ter abalado os privilégios da classe e o próprio Frederico tinha uma perspectiva conservadora. A iniciativa económica, tanto para os senhores como para o imperador, tinha que estar dependente das necessidades políticas, as necessidades de uma classe dominante tradicional. Só porque os mais esclarecidos dos *Junkers* procuraram dirigir as suas propriedades em bases racionais, a fim de obterem o máximo rendimento possível, é que Frederico passou a olhar a Prússia como uma propriedade a ser administrada como seu domínio real. Na política económica, seguiu as práticas mercantis estabelecidas, encorajando as actividades que pareciam úteis ao Estado: satisfazer as necessidades do país em tempo de guerra, reduzir a sua dependência em relação às importações ou exportar para obter dinheiro. A indústria e o comércio encontravam-se sujeitos em larga medida a um controlo burocrático, cuja eficácia dependia das técnicas administrativas e do zelo (amíúde mais aparente do que real) dos oficiais da Coroa.

O Estado, é certo, lançou de facto algumas empresas industriais e os seus representantes agiram como empresários, à falta de iniciativa privada. Sob o domínio de Frederico, a burocracia controlava os esforços económicos privados. Avançava-se dinheiro para indústrias que se considerava desejável encorajar e algumas empresas foram, dessa forma, salvas do desastre financeiro. Em certos sectores, como é o caso das minas, as empresas públicas e privadas existiam lado a lado. Como é óbvio, a tradição da intervenção estatal na economia impunha-se, facto que pesaria quando os primeiros passos da industrialização começaram a ser dados no século seguinte. Nessa altura, porém, as políticas de Frederico e dos seus governantes não visavam industrializar o país, mas sim servir os interesses da monarquia. As consequências finais de uma política que envolvia

pesados impostos, tarifas fortemente protectoras e a preservação da servidão, e que era dominada pelas necessidades de um exército em guerra ou a prepará-la, dificilmente poderiam ser favoráveis ao desenvolvimento industrial.

A experiência prussiana até 1848 fornece poucos índices de que a burocracia estatal pretendesse promover o crescimento económico para aumentar os rendimentos e o bem-estar dos cidadãos ou para intensificar o poder do Estado. Apesar de alguns dos altos funcionários estatais serem homens esclarecidos, receptivos às ideias do liberalismo económico, a verdade é que se comportavam empiricamente, extraindo do programa liberal o que convinha às necessidades administrativas. Ao mesmo tempo, a sua ligação a uma monarquia dinástica e os seus elos com a nobreza fundiária significavam que tinham necessariamente inclinações conservadoras. Foi no quadro de um espírito conservador que o Estado lançou e suportou empresas industriais e mineiras. Apesar de os membros da burocracia terem funções empresariais, actuando, por vezes, como inovadores, a verdade é que, de um modo geral, comportaram-se dentro do esquema tradicional do «mercantilismo». Tal como noutros países europeus, num estágio correspondente de desenvolvimento, a intervenção do Estado na economia era considerada certa e garantida. A via verdadeiramente revolucionária seria deixar a economia entregue à interacção espontânea de vontades competidoras e em conflito, no quadro do mercado. A longevidade da participação do Estado nas minas e nas manufacturas era, na primeira metade do século XIX, pelo menos, um sinal do atraso do desenvolvimento alemão. Uma tal participação não significava uma preocupação com o crescimento. Os factos viriam mostrar que o desenvolvimento do capitalismo industrial podia efectivar-se num meio em que o Estado mantinha um papel predominante, que esse desenvolvimento não era incompatível com a existência de um sector estatal. Por outro lado, uma indústria controlada pelo Estado não poderia ser equiparada ao socialismo e em nada modificou a natureza capitalista do desenvolvimento económico que se veio a dar.

Estas observações baseiam-se em grande parte na experiência prussiana, mas outros Estados alemães aspiraram a uma política de idêntico controlo económico, com níveis variáveis de êxito. Contudo, enquanto a Prússia saía territorialmente fortalecida das provações do período revolucionário e napoleónico e com a sua administração intacta e capaz de se voltar a impor muito rapidamente, outros Estados desapareceram ou surgiram muito transformados por essa experiência.

Ao mesmo tempo, a guerra tinha constituído um revés para os Estados alemães, com poucas compensações. A propriedade estava destruída, os recursos canalizados para usos improdutivos, o comércio em ruptura. Tendências promotoras no sentido do estabele-

cimento de uma indústria mecanizada, nos anos 1780, tinham sido interrompidas. Durante o período napoleónico, o Bloqueio Continental reduziu o comércio com a Grã-Bretanha e expôs os produtores locais à competição com os produtos franceses. Depois de 1815, o *stock* do gado teve que ser reconstituído e a economia re- taurada. Os têxteis e outros produtos baratos provenientes das ilhas britânicas ameaçavam afundar a indústria alemã. Foi este perigo que inspirou Friedrich List, num famoso livro publicado em 1841, a defender um sistema «nacional» de política económica que asseguraria protecção tarifária às indústrias recentes e a expansão do mercado nacional através da construção do caminho de ferro.

A ocupação francesa impôs influências revolucionárias e as leis napoleónicas na parte ocidental da Alemanha. A experiência ajudou a romper com a velha ordem, a reforçar os elementos da vida económica e a tendência para uma maior liberdade na esfera dos negócios. Os regimes que sobreviveram à tormenta tinham menos possibilidade do que os seus antecessores para manterem as velhas políticas e para preservar a herança medieval. A própria Prússia, sob o choque da derrota de Iena (1806), lançou-se num processo de renovação: uma reforma agrária controlada «a partir de cima» e o começo de uma política económica mais liberal.

Embora não fosse essa a sua intenção, a emancipação dos servos contribuiu para preparar o terreno para a industrialização. Estavam lançados os fundamentos para o crescimento de uma força de trabalho livre e para a integração da quinta camponesa e da propriedade do senhor da terra numa economia de mercado. A mobilidade pessoal, a divisão do trabalho e a ênfase na obra individual que o capitalismo exige teriam sido impossíveis sem uma reforma do velho sistema agrário.

No século XVIII havia duas formas principais de feudalismo agrário na Alemanha. Na parte oeste, a terra era cultivada essencialmente pelos camponeses, limitando-se os senhores a receber pagamentos em dinheiro ou gêneros (*Grundherrschaft*). O trabalho compulsório e as formas legais de servidão tinham desaparecido ou sido abolidos a partir de cima, por dirigentes interessados em aumentar a capacidade de tributação dos camponeses e enriquecer o poder dos senhores. A velha distribuição dos campos e os métodos agrícolas característicos da Europa medieval continuavam a sobreviver. A ocupação francesa destas zonas durante o período revolucionário concluiu a destruição do que restava do feudalismo, mas não houve uma importante redistribuição da terra e o senhor, por isso, continuou a receber uma renda em dinheiro dos seus rendeiros. Na zona leste, o desenvolvimento agrário assumiu uma forma diferente (*Gutsherrschaft*). Aqui, uma boa parte da terra era cultivada sob o controlo do proprietário, que utilizava o trabalho não livre dos seus rendeiros e produzia um excedente para vender no mercado.

Os senhores, ao mesmo tempo, eram socialmente poderosos e o principal suporte da monarquia dos Hohenzollern.

No interior desta larga divisão havia muitas variações locais e regionais. No Noroeste, por exemplo, a servidão tinha sido abandonada havia séculos e os camponeses tinham-se tornado rendeiros hereditários. No Sudoeste a servidão durou muito mais tempo e só desapareceu gradualmente. No centro, embora a agricultura campesina predominasse, havia algumas propriedades similares às encontradas em território prussiano. Foi no Leste, onde o solo era pobre, a população dispersa e o único mercado longínquo, que a propriedade cultivada com trabalho servil se tornou típica. Aqui, a posição do camponês deteriorou-se depois da Guerra dos Trinta Anos. Muitos camponeses tinham apenas pequenos lotes de terra em que tinham perdido todos os direitos hereditários. Na ausência da protecção de uma forte comunidade aldeã, o camponês prussiano encontrava-se, a alguns níveis, numa situação pior do que a do servo russo. No entanto, mesmo no Leste da Alemanha, havia alguns camponeses hereditários, possuindo terra nos campos abertos e animais de tracção. Porém, era nas zonas ocidentais que as variações se mostravam mais pronunciadas, com uma mistura de propriedade camponesa, rendeiros e meeiros. De um modo geral, a emancipação camponesa vinha fazendo o seu caminho há já bastante tempo e tudo o que aconteceu no século XIX foi a eliminação dos traços que restavam do feudalismo.

Onde existia agricultura campesina, a terra era geralmente cultivada no sistema do campo aberto, apesar de haver, nalguns locais, fazendas de propriedade individual e, portanto, separadas. Mesmo onde prevalecia alguma forma de servidão, o camponês, sob a velha ordem, gozava de um certo tipo de segurança, pelo menos segurança face às pressões do mercado. O processo da reforma agrária tendia normalmente a expor o camponês às forças do mercado e a introduzir uma nova instabilidade na vida rural. Em breve a agricultura alemã ver-se-ia numa crise de subprodução e, por isso, muitos camponeses no Leste, e também na zona ocidental, emigraram para as cidades ou para o Novo Mundo.

A invasão da Alemanha pelos exércitos de Napoleão e a devastadora derrota do exército prussiano em Jena abriram caminho para extensas transformações agrárias. Na parte ocidental, as tendências existentes no sentido de uma agricultura campesina individualista, dependente do mercado, foram aceleradas. Na parte leste, onde a monarquia dos Hohenzollern mantinha o seu controlo, o choque da derrota conduziu a uma série de reformas que visavam «modernizar» a sociedade prussiana sem perturbar o seu equilíbrio. Nos territórios da Coroa a emancipação dos camponeses tinha-se dado já no final do século XVIII e os camponeses tinham sido autorizados a comprar a sua terra. Tais terras compreendiam apenas cerca de

um quinto da área total. Não era possível atacar as prerrogativas dos *Junkers*, de cujo apoio militar e político a monarquia dependia. O desafio que a França de Napoleão representava sugeria a reforma agrária como primeira prioridade, de forma a libertar energias individuais e a devoção patriótica, impossível de obter em servos amedrontados, e aconselhava a que se prevenisse uma revolução vinda de baixo, ou seja, seguindo o modelo francês.

A reforma Stein-Hardenberg das relações agrárias prussianas começou em 1807 com a abolição da servidão pessoal, efectiva a partir de 1810, e possibilitou a divisão e uma venda mais fácil das propriedades dos nobres. O servo e os seus filhos deixavam de estar amarrados aos serviços compulsórios. Demorou mais tempo a decidir o que deveria ser feito com a terra dos camponeses, que se presumia pertencer ao senhor e ser cultivada em troca de direitos e trabalhos. De forma clara, os proprietários de terras não só exigiram uma compensação, como ainda, visto que dependiam do trabalho dos camponeses para cultivarem as suas propriedades, temiam que a sua força de trabalho se evaporasse. Por isso, tinham que ser encontrados os devidos meios para manter um fornecimento de força de trabalho rural.

Se Stein teve alguma vez em mente proteger o camponês, já Hardenberg, o seu sucessor, ao prosseguir a reforma agrária, eliminou qualquer possibilidade de protecção. De acordo com leis de 1811, 1816 e 1821, os camponeses podiam ficar com parte das suas fazendas, como propriedade privada, desde que entregassem outra parte ao senhor. Para aqueles que tinham terra herdada, isto significava que tinham que entregar um terço da sua propriedade. Porém, para a maior parte dos camponeses, que não tinham direitos de hereditariedade, o total a entregar era de dois terços. Os camponeses que beneficiavam desses direitos podiam, alternativamente, granjear as suas fazendas pagando uma renda durante vinte e cinco anos. Tais medidas beneficiavam uma minoria de camponeses com terras mais extensas, animais de tracção ou um pouco de capital. Mas para a maior parte dos camponeses, ou seja, os mais pobres, esta «emancipação» era perfeitamente desastrosa. A partir desse momento, teriam demasiado pouca terra para poderem acudir à subsistência familiar e mesmo para poderem reivindicar de alguma forma junto do patrão. Se permaneciam na terra, tinham que trabalhar em troca de magros salários, expostos a todos os rigores de um mercado de trabalho incerto e flutuante.

Para os senhores, em contrapartida, tratava-se de uma operação proveitosa e nada dolorosa. Alargaram as já largas propriedades com mais terra arável. Quando os camponeses podiam pagar a sua emancipação, os senhores ficavam na posse de reservas financeiras que usavam para comprar mais terra ou para investir em obrigações do Estado. Em consequência da abolição dos trabalhos compulsórios,

as transacções em dinheiro popularizaram-se. A reforma agrária era um processo complexo e prolongado. Os *Junkers* não tinham pressa em impulsionar mudanças que não os beneficiassem; mantiveram assim os seus poderes judiciais até meados do século e os seus poderes políticos até 1872.

Os senhores também ganharam com a divisão das terras de pasto e comuns, tal como os camponeses mais abastados. Pela lei de 1816, os camponeses sem fazendas nos campos da aldeia foram excluídos da reforma: permaneciam presos ao local onde se tinham estabelecido, formando uma reserva de trabalho para os proprietários e os camponeses mais ricos, e perdiam a pouca segurança que os direitos comunitários lhes davam antes. O equilíbrio das forças sociais na parte leste da Alemanha era preservado desta forma. O *Junker* continuava a dominar a cena rural. Tendo agora uma maior extensão de terra arável à sua disposição e um fornecimento de trabalho assegurado, pelo menos durante algum tempo, era capaz de operar cada vez mais como um produtor de cereais em larga escala e como empresário rural. Os camponeses, embora já não fossem servos, pagavam duramente pela liberdade. As estimativas sobre a terra que perderam variam: o número de 2,5 milhões de acres é citado muitas vezes. Muitas fazendas desapareceram pura e simplesmente, outras foram contraídas para que não se perdesse tudo e muita da terra camponesa foi vendida, porque a partilha — sem terras de pasto nem direitos comunitários — era inadequada às necessidades dos camponeses.

É indubitável que estas mudanças lançaram as bases de uma agricultura mais eficiente na parte leste, fortalecendo a grande propriedade e favorecendo o camponês mais rico, capaz de se inserir na produção para o mercado. Ambos, o grande proprietário e o camponês abastado, eram capazes de recorrer, sem obstáculos, a melhores técnicas agrícolas e de tirar proveito das oportunidades oferecidas pela expansão do mercado. A grande propriedade continuou com uma posição dominante na economia e no século XIX podia confiar na solicitude constante do governo prussiano. Os morgadios eram encorajados e as grandes propriedades cresceram em número e tamanho. O trabalho assalariado era fornecido pelos camponeses, que, anteriormente, tinham trabalhado como servos. Então, como muitos acabaram por deixar a terra, uma boa parte das grandes propriedades, cujos patrões acreditavam firmemente na superioridade racial germânica, tornaram-se dependentes do trabalho dos imigrantes polacos. O facto de, ao mesmo tempo, surgir uma classe de camponeses com posses fornecia mais de um suporte à estrutura social leste-alemã dominada pelos *Junkers*.

A expansão da procura de produtos agrícolas, tanto interna como externamente, no período após 1815 permitiu a prosperidade do sistema agrário reorganizado. A paz e uma governação estável,

a extensão dos conhecimentos médicos e hábitos mais higiénicos, o declínio efectivo das velhas restrições aos casamentos de pessoas muito jovens, o cultivo da batata e de outros vegetais produtivos, provocaram uma revolução demográfica na Alemanha. A população sofreu um aumento de 59 por cento entre 1816 e 1856. Em 1820 havia 25 milhões de habitantes; quando a unificação terminou, em 1871, esse total ultrapassava os 40 milhões e em 1910 era de cerca de 65 milhões. Esta revolução começou num país que era predominantemente agrícola, mas, dada a presença de outras condições favoráveis, deve ser visto como favorecendo a industrialização a longo prazo. Em certos períodos e nalgumas regiões, contudo, causou problemas agudos. No Leste, a densidade da população aumentou, significando isso um crescimento no número de pequenos fazendeiros, assalariados rurais e artesãos. Criava-se uma reserva de trabalho para a indústria, mas as dificuldades da população não eram agudas. Já nas regiões ocidentais, onde prevalecia a agricultura camponesa, o crescimento populacional na primeira metade do século XIX criou fortes dificuldades em torno da terra e do fornecimento de alimentos.

A crise agrária na região ocidental reflectiu as deficiências da agricultura camponesa, conduzida segundo os velhos métodos, e a mudança muito lenta do trabalho e dos recursos para o sector não agrário. Na comunidade camponesa, o crescimento populacional tornou ainda mais problemáticos sistemas de cultivo que já eram intrincados. Isto verificava-se, como é evidente, com mais gravidade onde a aldeia do campo aberto continuava a existir. Onde a herança por partilha tinha sido adoptada por costume, as fazendas tendiam a ficar cada vez mais fragmentadas; se apenas herdava o filho mais velho, ficavam mais homens sem terra, à procura de ocupações que a sociedade rural não oferecia e que a industrialização oferecia ainda muito pouco.

Na década de 1840, com o malogro da colheita de batata e as fracas colheitas de cereais de 1845-47, a região ocidental sofreu uma dura crise de subsistência. Para muitos, a emigração parecia a única solução possível e por isso assistiu-se a um forte movimento de emigração para o outro lado do Atlântico. Como a viagem exigia fundos que os estratos rurais mais pobres não possuíam, o grande contingente migrante era constituído pelos camponeses com mais posses, que vendiam a terra e bens, enxergando melhores perspectivas de vida no Novo Mundo do que na terra natal. Os que ficavam constituíam uma reserva de força de trabalho, a que as minas e fábricas podiam recorrer a partir do momento em que a industrialização avançasse.

Dado que a massa da população rural da parte ocidental da Alemanha tinha alguma terra, a quinta camponesa tendia a diminuir em tamanho, pelo que as condições materiais do campesinato

se deterioravam. É difícil explicar por que razão os camponeses alemães não procuraram combater a fragmentação das terras, limitando o número de filhos, como fizeram os seus confrades franceses. Talvez o peso da religião tivesse algo a ver com esse facto, em especial nas zonas católicas da Alemanha Ocidental, onde o problema das fazendas minúsculas parece ter sido mais agudo. De qualquer forma, por todo o lado o camponês estava a tornar-se cada vez mais dependente das forças do mercado, na medida em que a sua ligação com o senhor da terra se tornava puramente monetária. De facto, a emancipação na parte ocidental não só deixou os camponeses, nalguns locais, com pagamentos em dinheiro para satisfazer, em vez dos antigos direitos ou serviços, como ainda a carência em terras significava que muitos camponeses tinham que arrendar terra dos senhores numa base puramente contratual.

O desespero e o ressentimento dos camponeses expressaram-se em muitas zonas da Alemanha nas primeiras fases da Revolução de 1848. O camponês procurou libertar-se das cargas monetárias que constituíam as rendas, os juros e as hipotecas que era obrigado a satisfazer. Não se revoltava tanto contra o feudalismo, que tinha praticamente desaparecido, como contra os encargos legais e contratuais que o tinham substituído. Em vez disto, pedia a divisão das grandes propriedades. Onde ainda subsistiam os pagamentos feudais e senhoriais e os privilégios dos senhores, lutavam também pela sua extinção. O camponês em 1848 não estava portanto interessado em reformas constitucionais mas sim em mudanças agrárias. A maior parte dos revolucionários não procurava nem desejava o apoio dos camponeses, cujas reivindicações ameaçavam os contratos e os direitos de propriedade estabelecidos. O que os revolucionários não deram, os conservadores, alarmados, cederam de melhor grado. As concessões que os camponeses obtiveram em 1848 foram portanto permitidas pelos governos dos Estados sob a pressão de uma revolta rural que permanecia largamente separada da revolução nas cidades. Os liberais perderam a oportunidade de uma aliança com os camponeses para expropriarem a nobreza e, dessa forma, minarem a base social dos Estados monárquicos, por causa do seu próprio legalismo, do respeito pelos direitos da propriedade e de uma timidez manifesta. Depressa os camponeses se sentiram desiludidos com os liberais, pegaram no pouco que tinham ganho junto dos conservadores e desapareceram da arena política. Nos anos pós-revolucionários, portanto, a realização da reforma agrária coube às forças da velha ordem. Contra vontade, os reaccionários eram obrigados a extirpar os vestígios ainda existentes do feudalismo e do senhorialismo e a abrir caminho a futuras vitórias da economia de mercado. Na parte ocidental da Alemanha, isto significava que a nobreza continuava a ser constituída por senhores da terra que recebiam rendas ou então que se ausentavam, enquanto

o camponês se tornava um proprietário integral da fazenda recebida hereditariamente. No Leste, a emancipação foi completada pela abolição do pagamento de direitos, que até então eram prática ainda corrente, fosse o pagamento através da cedência de terra ao senhor ou em dinheiro.

O arrastado processo da reforma agrária, que assumiu várias formas nas regiões alemãs, expôs tanto o camponês como o proprietário de terras aos rigores da economia de mercado. Eram imprescindíveis as adaptações na população rural, adaptações que diferentes sectores e indivíduos realizaram à sua maneira. Em todos os estratos havia os que perdiam: camponeses que se transformavam em assalariados rurais ou emigravam para as cidades ou ainda atravessavam o oceano, proprietários de terras que ficavam cada vez mais endividados e que acabavam por ter que vender a sua propriedade para pagar as dívidas. Por outro lado, havia camponeses que, como proprietários ou rendeiros, se mantiveram ligados à terra, obtendo uma modesta prosperidade como produtores para o mercado. Apesar de haver *Junkers* que, por infortúnio ou incompetência, ficaram submersos de dívidas e que por isso tiveram que vender as terras, a verdade é que os *Junkers* enquanto um todo sobreviveram. Homens de negócios acabados de enriquecer compraram as propriedades que os rebentos empobrecidos da linhagem nobre tinham que abandonar. Devido à sua influência no Estado, podiam manter um estatuto privilegiado e, quando ameaçados pela competição estrangeira, pela queda de preços, escassez de trabalho ou falta de crédito, era para o governo que se viravam, pedindo protecção face ao funcionamento das forças do mercado. Nos anos 70, os *Junkers* só podiam sobreviver economicamente, fazendo uma aliança com os interesses comerciais que em tempos tinham desprezado.

A solução *Junker* para a questão agrária, portanto, não era de forma nenhuma uma solução. Ficou-se pela obtenção de um contingente de trabalho barato que, em larga medida, provinha de origens não-alemãs. Preservou uma classe que personificava as tradições autoritárias e militaristas da Prússia, fê-la ligar-se ao novo e dinâmico poder industrial, que também tendia para uma exclusividade nacional, e, ao mesmo tempo, acrescentou-lhe uma necessidade de mercados externos.

As mudanças na agricultura afrouxaram os laços de muitos camponeses à terra. Juntamente com o aumento da população, pelo qual os camponeses eram parcialmente responsáveis, e as melhorias dos transportes que se seguiram, assistiu-se ao aparecimento de um contingente de força de trabalho destinado às cidades em crescimento e a população foi redistribuída de acordo com o modelo industrial em mudança. Apesar das pressões vindas de baixo, as transformações agrárias deram-se como um processo controlado de cima; os ganhos que o camponês obtinha eram assim vistos como uma

oferta dos regimes conservadores e de modo nenhum associados à revolução ou ao liberalismo político. Os camponeses, tradicionalistas e acostumados à disciplina senhorial e a um padrão de vida duro, mudaram-se, assim, para a cidade, como uma força de trabalho para as minas e fábricas, mostrando capacidade de adaptação e facilidade relativa em submeter-se à disciplina.

Entretanto, a produção e a produtividade agrícolas aumentavam em consequência da resposta de camponeses e agricultores às forças do mercado. Passou a ser cultivada mais terra, ao passo que a batata, a beterraba e as forragens aumentavam cada vez mais a sua importância como produtos de venda imediata. A produção de legumes, em especial de couves, também aumentou, ao passo que o número de porcos cresceu mais depressa que a população. Com o andar dos tempos, a agricultura tornou-se capaz de suportar um aumento na quantidade de comida *per capita* de uma população em crescimento, reflectindo os seus hábitos culinários. Os ganhos obtidos com a exportação de produtos agrícolas serviram para pagar as crescentes importações de matérias-primas, maquinaria e produtos manufacturados, exigidas por uma economia em industrialização.

Não podemos deixar de insistir na grande irregularidade do desenvolvimento económico numa Alemanha politicamente dividida. Mesmo depois de 1815, permaneceram cerca de trinta administrações políticas separadas, cada uma com os seus sistemas de leis, dinheiro próprio, bem como pesos e medidas e fronteiras alfanuméricas. Além disso, havia que contar com as variações óbvias na topografia e na fertilidade do solo numa região geográfica tão vasta. O novo industrialismo baseava-se principalmente num número reduzido de matérias-primas: carvão, ferro e algodão. A Alemanha tinha muito carvão e ferro, mas as suas reservas situavam-se num pequeno número de zonas na periferia. O algodão e outras matérias-primas, que também eram importadas, podiam os Alemães encontrá-los de forma mais económica nas regiões ocidentais, em particular no Reno. Nalgumas regiões era perceptível uma mais rápida pulsação económica antes da Revolução Francesa e sobretudo nas cidades ocidentais tinha havido uma tradição comercial ininterrupta. Contudo, na maior parte da Alemanha registaram-se poucas mudanças no século xviii e princípios do século xix. Muitas cidades não tinham ainda saído das suas muralhas medievais e a vida nelas pouco tinha mudado. Prevalcia a indústria artesanal, ainda dominada pelas guildas. A produção era para vender nos campos próximos ou para satisfazer as necessidades da corte local, a nobreza e a classe média aristocrata. A falta de facilidades de transporte perpetuava o isolamento destas cidades pequenas e indolentes. As instituições permaneciam inibidas do *status* tradicional; a crosta do costume permanecia intacta.

Antes de se fazerem sentir os efeitos da Revolução Francesa, apenas um pequeno número de centros comerciais eram excepção a esta regra. A influência da ocupação francesa verificou-se numa aceleração do ritmo de mudança, especialmente na Renânia. Muita terra mudou então de dono, transformando-se num bem vendável pela primeira vez. Fizeram-se fortunas com a especulação à volta da terra, em contratos para as forças de ocupação ou com as novas possibilidades comerciais oferecidas pelos laços com um regime mais vasto. A vida comercial expandiu-se no quadro de um regime legal mais favorável. A classe de negócios prosperou assim num ambiente que era mais livre do que anteriormente. Em consequência disto, as disparidades entre a parte oeste e o resto da Alemanha tenderam a aumentar. Então, depois de 1815, para criar uma barreira permanente contra futuras ambições francesas, aquela que era a região economicamente mais avançada da Alemanha passou para o controlo da Prússia. Apesar das reformas posteriores a 1806, a monarquia dos Hohenzollern manteve-se como uma autocracia conservadora do velho regime. A monarquia continuou a ser sustentada por uma nobreza militarista e fundiária, que, por sua vez, mantinha o seu domínio social com a ajuda de uma burocracia hierárquica. Assim, enquanto os elementos ocidentais, mais ligados aos negócios, se inclinavam para o liberalismo, afirmavam os direitos do indivíduo para tratar dos seus negócios através do mercado e tendiam a imitar e competir com as práticas económicas dos países adjacentes, a tradição e a influência da administração prussiana iam no sentido de uma intervenção e de uma regulação da economia, no intuito de preservar a ordem dominante.

Pelo que dissemos até agora, é evidente que não existia ainda uma economia nacional na Alemanha. A fragmentação política, as fidelidades locais e enorme predomínio de uma economia de camponeses e pequenos artesãos, juntamente com a falta de facilidades de transporte, limitavam fortemente a extensão do mercado. A Alemanha era sobretudo uma coleção de pequenas economias locais, mais ou menos isoladas umas das outras. Os interesses inutíveis dos proprietários de terras, dirigentes, funcionários e chefes das guildas opunham-se nitidamente à mudança. Na prática, a revolução comercial dos séculos xvii e xviii tinha ignorado a Alemanha. Algum comércio tinha continuado vivo nos portos do Norte e havia um fluxo de produtos coloniais ao longo do Reno, mas a participação no mercado mundial era pouca, se comparada com a da Grã-Bretanha, França ou Holanda. Os Estados da Alemanha eram demasiado fracos ou estavam demasiado envolvidos nas querelas políticas da Europa Central para poderem ter pretensões coloniais. Portanto, não eram conhecidos os efeitos estimulantes e revigorantes de um comércio externo vasto e em crescimento. Economicamente a Alemanha estava fechada em si mesma.

Nestas condições, não admira que as influências retardadoras da herança medieval fossem capazes de manter à sua força ainda no século XIX. Como era de esperar, registava-se uma escassez de empresários, e, exceptuando algumas zonas, pouco havia que apontasse para a criação de uma classe média independente, ligada ao comércio e à indústria. Mercadores e mestres das guildas, representantes de tipos tradicionais, accitavam a sua posição dentro de uma ordem estável, dependentes dos favores da corte local ou do senhor e dos que vigiavam o cumprimento dos regulamentos existentes. A classe média urbana era fraca porque as cidades eram poucas em número e pequenas em tamanho, centros administrativos com algum comércio e pouca produção industrial, mais do que pontos de crescimento económico. A classe média em cidades deste tipo tinha o seu centro de gravidade nas profissões e no serviço público; portanto, faltava-lhe a independência e a consciência de si que se verificava nas suas congéneres britânica e francesa. A sua fragilidade mantinha-se ainda em 1848, quando tentou afirmar pela primeira vez as suas posições políticas.

Numa sociedade deste tipo havia fortes obstáculos ao investimento de capital na indústria. Os historiadores económicos alemães afirmam que na primeira metade do século não havia uma redução geral de fundos líquidos, mas sim uma relutância por parte dos seus possuidores — proprietários de terras e profissionais da classe média, por exemplo — em investi-los em empresas industriais de alto risco. Além disso, havia muito poucos canais para conduzir tais fundos, que parecem ter sido mais prontamente atraídos pelas acções dos caminhos de ferro, que era uma obra apoiada por garantias do governo. De qualquer forma, havia um menor número de acumulações permitidas pelo comércio externo do que em França ou na Grã-Bretanha. Contudo, registava-se uma lenta mas firme subida do capital das pequenas firmas, de origem artesanal ou mercantil, que se aventuravam em novos campos, como o algodão, ou que se expandiam dentro dos tradicionais.

O lento crescimento do mercado interno foi também, sem dúvida, um factor que desencorajou o investimento em larga escala na indústria. A massa da população era constituída por camponeses que só em parte produziam para o mercado interno e que, por isso, tinham pouco poder de compra. As suas necessidades podiam ser satisfeitas pelo velho tipo de indústrias que recorriam ao trabalho ao domicílio ou por artefactos locais. Da mesma forma, o mercado mais abastado era abastecido por indústrias organizadas no quadro das guildas nas cidades. As reformas agrárias aproximaram mais os camponeses e os senhores da terra de uma economia monetária e, com o fim das barreiras tarifárias internas e a melhoria dos transportes nos anos 1840, a situação começou a mudar.

Se havia dificuldades para canalizar capital para a expansão industrial e apenas um lento crescimento do mercado interno, o fornecimento de trabalho para a indústria também era restrito. Como é evidente, os níveis de vida eram baixos e a população estava a aumentar. Por outro lado, o mercado de trabalho via-se limitado pela imobilidade da população camponesa. A leste do Elba, a servidão impedia a liberdade de movimentos e, depois da sua abolição, a legislação sobre residência e assistência aos pobres tendia a actuar no mesmo sentido. Nas outras zonas, dado que os camponeses tinham terra ou a perspectiva de obter uma fazenda, naturalmente mostravam-se relutantes perante qualquer hipótese de deslocação do sítio onde viviam. Da mesma forma os industrialistas mercantis recorriam a este reservatório de força de trabalho através do sistema de trabalho ao domicílio. Com o aumento da pressão em torno da terra, verificou-se, porém, uma tendência para a emigração. É certo que muitos dos emigrantes eram camponeses com certas posses, mas há razões para pensar que a emigração no século XIX prova que o factor limitativo do crescimento económico não estava no fornecimento de força de trabalho, mas sim no lado da procura, precisamente no ritmo de acumulação do capital.

A principal razão para o atraso alemão poderá ser a falta de oportunidades e incentivos para o investimento de capital em aspectos mais produtivos, num ambiente social que ainda se encontrava atravancado de resquícios feudais. Como foi possível então remover as barreiras ao crescimento? Não é possível dar uma resposta simples, mas parece seguro avançar com uma hipótese que leva em linha de conta o aparecimento de uma série de condições preliminares favoráveis à mudança.

Primeiro que tudo, havia um potencial reprimido de recursos subutilizados e de trabalho igualmente por usar, à espera de empresários que, procurando o lucro, fossem capazes de acabar com a velha rotina e de apostar capital nesse potencial recalcado. Uma série de factores favoreceu o aparecimento destes empresários, incluindo o facto de que se tratava de atrasados na industrialização, portanto com possibilidades de recorrer a modelos estrangeiros e, especialmente, de aproveitar um conjunto de tecnologia com provas dadas e que prometia um grande aumento da produção e da produtividade, e por isso mesmo um aumento dos lucros.

Mais decisivas, talvez, foram a influência e a pressão exercidas no seio da Alemanha pelas mudanças que ocorriam noutros países. Os efeitos da ocupação francesa na Renânia já foram mencionados e, de um modo geral, a influência da Revolução Francesa começou de facto a preparar terreno para a mudança. Ao mesmo tempo, havia o efeito da industrialização na Grã-Bretanha, que actuava de forma complexa: levando produtos manufacturados para a Alemanha, abrindo mercados para os produtos alemães, excitando o

interesse e o desejo de utilizar novas tecnologias e ainda através da importação de capital e iniciativa a partir da Grã-Bretanha.

O capital estrangeiro era importante, não tanto pelo seu valor total, mas mais porque era canalizado para as empresas mais modernas e vanguardistas, onde o capital interno podia ficar atemorizado e dados os altos riscos. Era amíúde acompanhado por empresários estrangeiros que levavam consigo a tecnologia avançada, como a mineração em profundidade ou a produção de ferro com carvão de coque, tecnologias que tão necessárias eram para dar o empurrão inicial à industrialização alemã. A construção do caminho de ferro e a indústria pesada eram os principais sectores captadores de capital estrangeiro, atraído pelos lucros potencialmente elevados.

As mudanças na Alemanha começariam com um carácter menos directamente económico, embora tendendo, de facto, para tornar as condições para a iniciativa e o investimento de capital mais favoráveis. A iniciativa, neste campo, coube à burocracia prussiana, cujas políticas, depois de 1815, foram determinadas mais por conveniências administrativas do que por um desejo de promover o crescimento económico. Foi neste espírito que a burocracia prussiana atacou os problemas levantados pela obtenção de novos territórios a oeste e pela existência de possessões da monarquia espalhadas ao longo das fronteiras leste da Alemanha. A primeira resposta consistiu em impor alguma uniformidade administrativa, incluindo a cobrança de direitos alfandegários. Segundo a lei de 1818, era adoptada uma tabela tarifária uniforme e medianamente proteccionista para todos os territórios prussianos. Isto deixou ainda a Prússia com muitas centenas de quilómetros de alfândegas partilhadas com os outros Estados alemães, circunstância que impedia o livre fluxo comercial e que era um convite ao contrabando. As conveniências administrativas sugeriram que deviam ser concluídos acordos tarifários com os Estados vizinhos, de forma a fazê-los adoptar o sistema prussiano. Do ponto de vista da colecta de rendimentos através da imposição de taxas, tais acordos revelaram-se mutuamente satisfatórios. O passo lógico final, depois de ultrapassadas as supelitas em relação às intenções prussianas, foi uma união alfandegária mais larga, que permitia a livre circulação das mercadorias dentro da Alemanha e a imposição de taxas apenas às mercadorias vindas dos países estrangeiros.

Quando, em 1834, o *Zollverein* entrou em vigor, a maior parte da Alemanha transformava-se numa única área de comércio livre. Tratava-se de um acordo entre Estados que, por razões históricas e culturais, tinham já muito em comum e que se encontravam livremente associados na Confederação Alemã, estabelecida em 1815. Contudo, enquanto na Confederação a influência da Áustria era dominante, já o *Zollverein* foi uma criação prussiana, que a burocracia pretendia manter sob o seu controlo. O peso territorial e polí-

tico da Prússia era decisivo nesté particular. Uniões aduaneiras alter-nativas para partes da Alemanha sem a Prússia não eram viáveis, ao passo que uma união aduaneira sem a Áustria o era. E com a Áustria excluída, os novos laços materiais que se desenvolveram no quadro da área de comércio livre aproximaram as populações dos Estados membros e criaram uma nova distinção entre estes Estados e a Áustria. Inconscientemente, estava-se a preparar o terreno para a eventual hegemonia política da Prússia e para uma solução da questão alemã que excluía a Áustria.

Criado inicialmente por razões administrativas, o *Zollverein* revelou-se como um factor de primeira grandeza na promoção do desenvolvimento económico alemão. Alargou os limites legais do mercado e possibilitou a livre circulação de mercadorias. Reforçando os laços comerciais entre as várias regiões, contribuiu para extinguir velhos particularismos e diferenças locais. Estabeleceu inter-resses seguros numa futura consolidação desta unidade preliminar e reforçou o nacionalismo cultural, que interessava sobretudo à *intelligentsia* da classe média, com um novo nacionalismo económico que inspirou os grupos comerciais em desenvolvimento.

Para que todas as potencialidades do *Zollverein* se pudessem realizar, era necessário melhorar os transportes internos. O transporte rodoviário de longa distância era caro. O transporte fluvial, especialmente no Reno, apesar de se ter desenvolvido extraordinariamente e de poder ser apoiado por canais, tinha necessariamente limitações geográficas. Por isso, a construção do caminho de ferro tinha, neste estágio, uma tão grande importância. O caminho de ferro era produto da tecnologia industrial avançada, mas podia ser introduzido em países relativamente subdesenvolvidos, como a Alemanha, directamente como um negócio próspero, financiado a partir do estrangeiro, usando material e engenheiros importados. Neste sentido, a Alemanha encontrava-se numa situação que lhe permitia saltar rapidamente várias fases.

Quando a construção do caminho de ferro começou, o transporte por estrada era caro e tinha havido poucos investimentos em canais. A investigação moderna confirma o papel do caminho de ferro como o «herói» da industrialização alemã, tanto devido aos efeitos da sua construção como por ser a base da integração económica nacional. A importação inicial de material para a via férrea encorajou a substituição das importações, que começou em 1840. Nenhuma outra procura de material poderia ter constituído a base para uma rápida adopção de tecnologia britânica na indústria do ferro, encorajando ao mesmo tempo o crescimento da engenharia e contribuindo, directa e indirectamente, de uma forma muito profunda, para o desenvolvimento da exploração das reservas de carvão alemãs. O caminho de ferro e a indústria pesada formaram

o sector da vanguarda no primeiro estádio da industrialização alemã no final dos anos 1860.

A forma como o caminho de ferro foi inicialmente recebido pelos governos da Prússia e de outros Estados não foi particularmente encorajadora. Só lhe eram apontadas as desvantagens e as primeiras linhas depararam com muitas restrições; eram especialmente temidos os excessos especulativos. Esta oposição conservadora à inovação começou a enfraquecer na década de 1840, quando os proprietários de terras começaram a compreender que a nova forma de transporte podia expandir o mercado para as suas colheitas e, dessa forma, aumentariam os seus rendimentos. Praticamente ao mesmo tempo, os militares começaram a entender o significado estratégico do caminho de ferro. Nos anos que se seguiram à restituição prussiana do caminho de ferro de 1838, a atitude do Estado começou a tornar-se muito mais encorajadora e as linhas básicas foram construídas com o Estado garantindo os lucros.

Na década de 1840, a construção do caminho de ferro avançou rapidamente em muitas partes do país. Este grande esforço exigiu fortes injeções de financiamento externo e apoio estatal, o que nalguns casos permitia a construção de linhas do Estado, noutros algum tipo de garantia financeira para encorajar o capital *rentier*. Essencialmente, o desenvolvimento do caminho de ferro alemão levou a economia a um contacto mais íntimo com os países mais avançados, dos quais aliás proveio muito do capital necessário. Este capital era canalizado para a Alemanha por causa das potencialidades da região, especialmente a existência de recursos minerais que eram a base das indústrias do ferro e de engenharia que a construção do caminho de ferro estimulava directamente. Além disso, bastava o facto de ser barato o transporte a longa distância que o caminho de ferro permitia para valer a pena investir fortemente em equipamento moderno destinado a desenvolver a mineração profunda e a estabelecer uma indústria metalúrgica em larga escala. Um tal investimento só se justificaria na base de uma grande extensão do mercado que só o caminho de ferro podia promover, já que o *Zollverein* havia removido as barreiras artificiais por completo.

É difícil encontrar outra força que possa ter impulsionado a economia alemã nessa época. As indústrias têxteis tinham vindo a mudar lentamente e alguns ramos tinham começado a recorrer à fábrica já na década de 1780, só que não se encontravam em posição de conduzir uma transformação económica geral. A posição dominante dos têxteis britânicos no mercado mundial excluía a possibilidade de um rápido crescimento na base das exportações e não havia uma mudança independente no mercado interno susceptível de produzir esse crescimento rápido. Pelas mesmas razões nenhuma outra indústria de bens de consumo poderia ter tomado a dianteira e conduzido o processo. O caminho de ferro era uma

condição para a abertura do mercado interno para estes sectores, da mesma forma que para as minas e os ramos metalúrgicos. Nenhuma outra forma de investimento nessa época poderia ter atraído o capital estrangeiro — e, acima de tudo, o que faltava à Alemanha era capital — ou recebido um tal apoio por parte dos Estados. Da mesma forma, o caminho de ferro criou oportunidades de investimento inteiramente novas e introduziu um novo factor de mudança na vida alemã: com a construção das vias férreas, os contactos inter-regionais e a mobilidade substituíram o particularismo e a estagnação.

A partir da década de 1840, e na esteira do caminho de ferro, começou o despertar económico da Alemanha. Com o aparecimento de uma força impulsionadora, muitas das antigas barreiras antinúncia perderam a sua força e as condições prévias para o crescimento que pareciam faltar foram rapidamente criadas. Contudo, os novos sectores de crescimento tinham pouco ou nenhum efeito em muitas zonas da vida económica alemã, que basicamente continuavam inalteradas, seguindo ainda os velhos padrões. Na Alemanha, tal como em qualquer outro país, a industrialização era um processo irregular. A grande rapidez com que o sector moderno se implantava acentuou as diferenças que o separavam dos sectores que conservavam os velhos atributos. E acima de todos estes sectores, surgia a base política que, apesar de ter mudado a um nível importante, mantinha o seu carácter autocrático e conservador dos tempos antigos.

A razão básica para este estado de coisas foi o fracasso da classe média liberal, em 1848, ao tentar estabelecer um Estado constitucional unificado. Nesta fase, o desenvolvimento social encontrava-se ainda demasiado atrasado para poder inspirar os dirigentes revolucionários da classe média, dando-lhe a autoconfiança ou a base social de que precisavam para ter êxito. Por conseguinte, as forças tradicionais foram capazes de reinstaurarem a sua posição com o apoio do poder militar, que nunca tinham largado, pelo menos na Prússia. Passado pouco mais de uma década, durante a qual a influência austríaca na Confederação permaneceu imbatível, a Prússia de Bismarck apostou na sua hegemonia política dentro da Alemanha e obteve-a à custa da derrota da Áustria no campo de batalha. Então, com a derrota do Segundo Império de Napoleão III, o novo Império Alemão tornava-se o Estado mais poderoso do Continente. Este novo Estado, apesar de aceitar o sufrágio universal e um parlamento nacional, continuava a ser uma autocracia governada pela dinastia Hohenzollern, que era ainda o suporte da tradicional nobreza fundiária do Leste da Alemanha. Incorporava as tradições burocráticas e militaristas da velha Prússia e as forças conservadoras ganhavam novo alento devido à forma como a unificação se tinha dado.

A partir de 1848 a Alemanha passou por profundas mudanças sociais. O crescimento da economia tinha dado origem a uma classe média mais vasta, que encontrava agora o seu equilíbrio virando-se para os negócios. Os seus objectivos eram mais o êxito material e a acomodação face aos poderes do que as visões dos intelectuais da Revolução de 1848. Nesta classe o nacionalismo superava o liberalismo e o seu carácter tinha-se tornado mais egoísta devido ao modo como o Segundo Reich tinha sido formado. Muitos dos seus membros cooperavam, por isso, com os conservadores dinásticos e aceitavam os traços não liberais e militaristas que a hegemonia da Prússia preservava na nova Alemanha.

Uma indústria que crescia e avançava rapidamente combinava-se com uma base política arcaica e com uma sociedade ainda dominada por uma classe alta agrária, agarrada a valores pré-industriais. O crescente poder económico da Alemanha era, pois, dirigido por homens que pertenciam ao velho regime; a classe média alta, por seu turno, aceitava esta situação, e os seus membros adaptavam-se-lhe com pouco pesar e menos custo. A procura de interesses materiais podia decorrer com mais êxito num Estado unido e poderoso do que na velha Alemanha dividida. Se a burguesia pouco partilhava a decisão política e não só tinha aceite uma posição de inferioridade social, como também tinha abraçado a ideologia da nobreza fundiária, o que é certo é que, pelo menos, acumulava riqueza numa escala nunca vista e identificava os seus interesses com os do Reich.

A rápida mudança económica que começou na década de 1840, acompanhada pela unificação forçada do país sob a chefia prussiana, deu ao capital industrial alemão o seu carácter específico. Em vez de um lento processo de criação de capital por um largo número de firmas individuais num ambiente competitivo, os sectores dianteiros da economia tinham dado grandes saltos em frente, a partir da tecnologia e das formas de organização avançadas que já eram utilizadas nas zonas mais vanguardistas da Europa. Inicialmente, parte do capital para os sectores em expansão veio do estrangeiro; entretanto o desenvolvimento de instituições mais formais no mercado de capital ajudou a quebrar a resistência manifestada pelo capital *rentier* face ao investimento industrial e tornou também possível o financiamento dos negócios gigantescos que dominavam este sector. Além disso, o volume crescente das transacções monetárias alargou a clientela dos serviços bancários e conduziu os bancos a uma relação mais próxima com as necessidades do comércio e da indústria. Fazendo adiantamentos ou abrindo créditos aos clientes comerciais, os bancos contribuíam efectivamente para um aumento do volume do poder de compra. A renovação de créditos dava um carácter de longo prazo a alguns destes empréstimos. Além disso, os banqueiros, especialmente na Renânia, que era a região econo-

micamente mais avançada, desempenhavam um papel activo em companhias incertas ou vacilantes. Controlavam blocos de acções até que os seus clientes pudessem dispor delas, mantinham acções nas suas próprias pastas e integravam-se nas direcções de companhias devedoras.

Enquanto nas fases iniciais os bancos existentes assumiram estas funções sem alterarem a sua estrutura, nos anos 1850 foram fundadas novas sociedades bancárias anónimas que se lançaram num investimento sistemático na indústria. Os novos bancos de investimento financiavam companhias, negociavam com acções industriais e forneciam capital e crédito a longo prazo à indústria. Sem estes esforços dos bancos, teria sido impossível obter os meios financeiros para a construção do caminho de ferro e o crescimento da indústria. Ao contrário do que sucedia na Grã-Bretanha, onde os bancos não apoiavam muito o investimento a longo prazo, não só porque este era considerado inseguro, mas também porque os empresários estabelecidos podiam obter todo o capital necessário a partir de lucros anteriores, na Alemanha existia um relacionamento próximo e íntimo entre banqueiros e indústria desde o princípio. Da mesma forma, enquanto na Grã-Bretanha a sociedade anónima era pouco usada para o investimento industrial, na Alemanha esse tipo de companhia era, muitas vezes, a única via susceptível de obter o capital suficiente para lançar um novo negócio ou para expandir algum já existente. Como é evidente, isto não é tudo: não havia apenas diferenças entre os dois países. Na indústria de bens de consumo, não se registavam, por exemplo, grandes diferenças. Na Alemanha, contudo, era a indústria pesada que tomava a dianteira; na realidade, talvez fosse impossível uma ruptura industrial de outra forma na Alemanha. O investimento exigido pelo caminho de ferro e pela indústria pesada tinha que ser feito em grandes blocos e comportava riscos enormes: não poderia ter sido obtido sem a participação do financiamento bancário e sem o recurso à forma de organização própria das companhias. Portanto, desde o início da industrialização alemã que existia um elo muito estreito entre as instituições financeiras e a indústria.

Os recursos da Alemanha, as potencialidades de um mercado com uma população vasta e em crescimento, a existência de um abundante contingente de força de trabalho, atraíram, já na década de 1840, os negociantes estrangeiros. Por isso, grande parte do desenvolvimento inicial das minas e da indústria metalúrgica do Ruhr deu-se não só a partir de modelos estrangeiros, mas ainda com a participação de capital e iniciativa estrangeiros. Contudo, uma vez injectado o estímulo, o rápido crescimento que se lhe seguiu depressa reduziu o papel dos negociantes estrangeiros. No fundo, era pequeno o atraso que separava os professores do aluno. As lições dos empresários, directores e engenheiros estrangeiros foram rapi-

damente aprendidas. De qualquer forma, há já muito tempo que os comerciantes alemães vinham observando os desenvolvimentos industriais que se registavam na Grã-Bretanha e noutros países. Do ponto de vista educacional, a classe média alemã, e mesmo a população em geral, não era inferior às suas congéneres noutros países. O problema era, muito simplesmente, que as oportunidades na indústria e no comércio tinham sido restringidas pela natureza global da sociedade: os talentos que eram canalizados para as profissões e para os serviços públicos só a partir dos anos 1840 começaram a encontrar um escoamento para os negócios. Além disso, os governos alemães depressa perceberam que a inferioridade económica podia ser recuperada através de um esforço no campo da educação. Por isso, passado pouco tempo, a educação secundária e técnica tinha atingido um nível sem par na Europa, surgindo assim um fluxo imparável de homens científica e tecnicamente qualificados, preparados para acabar rapidamente com a inferioridade alemã na indústria e para assegurar o primeiro lugar à Alemanha nas indústrias dependentes da ciência, que se estavam a tornar cada vez mais importantes.

Uma vez dado um impulso ao desenvolvimento, e parece que o impulso decisivo foi o caminho de ferro, a capacidade da Alemanha para começar a diminuir o atraso que a separava dos primeiros a partirem para a industrialização, e mesmo para ultrapassá-los, não constituiu propriamente um milagre. Havia muitas forças latentes que podiam ser recrutadas para tornar a transformação possível: uma base bancária e comercial, uma tradição industrial, recursos naturais precisamente dos que eram necessários para a tecnologia existente, uma população receptiva, um nacionalismo dinâmico à procura de expressão. Como é evidente, havia obstáculos a vencer, mas, a partir de finais do século XVIII, estes obstáculos foram perdendo gradualmente importância. Mesmo as forças tradicionais, os interesses agrários do Leste, a burocracia e os militaristas adaptaram-se ao processo de industrialização. Os que mais sofreram foram os artesãos à maneira antiga e os mestres das guildas, cujo estatuto, e mesmo a situação material, se deterioraram, tendo alguns sectores do campesinato sido forçados pela mudança agrária a deixar a terra e a procurar lugar nas minas ou nas fábricas, ou ainda a embarcar para a emigração.

O estímulo fornecido pela construção da via férrea, tal como o alargamento do mercado que as novas facilidades de transporte tornavam possível, encorajou o investimento nas minas de carvão e nas indústrias metalúrgicas, que forneceram a base para a industrialização alemã. Nestes sectores, havia disponível uma tecnologia avançada que podia ser transplantada para zonas com abundantes recursos em carvão. O investimento em larga escala era absolutamente necessário para que as novas técnicas pudessem ser usadas.

Era impossível começar numa base modesta e avançar por fases lentas. Logo de início eram necessárias avultadas somas. Uma parte destas proveio de fontes estrangeiras. O capital bancário desempenhou um papel importante e as sociedades anónimas surgiram logo num primeiro estágio. Desde o início, o industrialismo alemão assumiu uma forma que era o produto das condições técnicas e financeiras sob as quais começou.

A influência estrangeira na indústria alemã foi caindo à medida que a industrialização avançava e que fontes nativas forneciam remessas de capital e capacidades empresariais e dirigentes adequadas. Das hostes da classe média surgiram rapidamente homens capazes de assimilar tudo o que o estrangeiro podia ensinar e que rapidamente ficaram em condições de contribuir com inovações. A resolução do problema financeiro pelo recurso ao crédito bancário foi uma dessas inovações. A realização de economias em larga escala e da produção integrada, a ênfase na educação científica e na preparação técnica e comercial foram outras. O ambiente existente tinha parado o caminho, em meados do século, para uma rápida adaptação deste tipo. A derrota da classe média em 1848, seguida por um período de reacção que efetivamente a excluiu da política, talvez tenha contribuído para canalizar energias para o campo dos negócios. A um relevo cada vez maior dado à procura e obtenção de riqueza, juntava-se o orgulho nacional e a ambição. Compreendia-se que a inferioridade alemã na indústria só podia ser anulada através de um esforço aplicado de forma intencional, especialmente no sector da educação, e do domínio do método científico aplicado aos processos e à organização industriais. Não havia tempo para avançar com pequenos passos, com experiências. Era nítido que o tempo não jogava a favor do homem de negócios alemão; tinha que avançar com o máximo de velocidade e energia se queria vencer as desvantagens iniciais. Pelas suas próprias razões, a administração, particularmente na Prússia, encorajou o desenvolvimento da educação científica e técnica e ajudou a criar um meio que cada vez se mostrou mais favorável à obtenção de riqueza.

Na esfera política, nos anos 1860, o problema da unificação alemã estava já suficientemente amadurecido para poder encontrar uma solução. O fracasso dos liberais em 1848, a incapacidade da Áustria para capitalizar os seus êxitos pós-revolucionários e a ausência de qualquer outra força capaz de assumir a chefia na Alemanha, colocaram a monarquia dos Hohenzollern numa posição em que podia tirar proveito de todas as tendências e correntes a favor da unidade. Estas tendências já não constituíam um factor sentimental e vago, a sua força já não provinha dos ecos do passado e das idealizações românticas; pelo contrário, eram tendências que assentavam nos laços materiais e muito reais entre alemães dos diversos Estados, laços que a rede ferroviária e o crescimento

do comércio e da indústria tinham possibilitado. A classe média, ligada aos negócios, não se preocupava especialmente com a forma a assumir pela unificação, ou sob que auspícios se desenrolaria, o que lhe interessava era ter um governo estável, capaz de impor ordem internamente e de defender os seus interesses no exterior. A classe média estava pois pronta a aceitar a hegemonia da Prússia e da dinastia Hohenzollern. De qualquer forma, a existência do *Zollverein* e a força económica da Prússia, na qual se situava a maior parte das indústrias em crescimento, transformaram esse Estado no chefe lógico da Alemanha. Como Bismarck a realizou, a unificação significava, evidentemente, a preservação da monarquia e da classe senhorial da parte leste, que eram dois factores estreitamente unidos. A ascensão do poder industrial alemão deu-se, assim, num quadro arcaico de autocracia, tradicionalismo e militarismo, antítese do liberalismo e das instituições democráticas.

No entanto, durante a década de 1860, o liberalismo económico serviu tanto os interesses de Bismarck como os das classes médias ligadas aos negócios. Externamente, isto significava um proteccionismo moderado e tratados comerciais que possibilitavam uma livre troca de mercadorias com outros países. Internamente, dentro do *Zollverein*, significava a instauração legal de todo o programa liberal relativo à economia. Os privilégios das guildas e corporações eram assim varridos. Comércio e profissões eram abertos aos que se mostravam capazes de os praticar. Uma nova lei mineira tornava os minérios do subsolo mais acessíveis à empresa capitalista. Uma maior uniformidade na lei comercial e civil, bem como nos pesos e medidas, melhorava as condições para a iniciativa comercial. Estava aberto o caminho para o funcionamento livre e integral das forças do mercado, num quadro político autocrático e burocraticamente controlado.

O mundo económico alemão aceitou assim a unidade nos termos de Bismarck, por causa das vantagens materiais óbvias. A aristocracia *Junker*, apesar de alguns dos seus sectores se mostrarem incapazes de uma adaptação às condições económicas em mutação, permaneceu socialmente predominante. O novo Reich, estabelecido depois da derrota da França em 1870-71, continha tanto um sector industrial poderoso, assente principalmente no carvão e no ferro, como uma influente aristocracia agrária. Nessa década de 70, ambos os sectores enfrentaram novas pressões económicas, provocadas pelas novas condições de competição internacional no mercado mundial e pela descida de preços que daí resultou. A política liberal de comércio externo adoptada nos anos 60 depressa se revelou negativa. A indústria pesada começou a pedir protecção contra a competição britânica no mercado interno alemão. Os grandes proprietários fundiários pediram protecção, por seu turno, contra os cereais russos ou americanos, que eram mais baratos que

os alemães. A aliança tácita entre os dois sectores tornou-se por isso mais firme e mais formal e foi selada pela tarifa de 1879. Com a protecção das barreiras alfandegárias, os traços inerentes ao capitalismo industrial alemão desenvolveram-se de forma mais profunda.

A Alemanha sobressai entre os países europeus ao aproveitar as vantagens de ser um industrializado «tardio» em relação à Grã-Bretanha. Isto foi particularmente nítido na rápida ascensão das novas indústrias dos fins do século XIX, nas quais as firmas alemãs assumiram a vanguarda tecnológica: a produção em larga escala de aço, alguns ramos da engenharia, da indústria química e da electricidade. Assentes em tecnologia avançada, exigiam o apoio de um sistema de educação técnica e científica bastante desenvolvido. Nestes sectores, eram típicas as combinações verticais e horizontais, o financiamento bancário e algum controlo administrativo. Muitas firmas destes campos estavam directamente interessadas na exploração do mercado, o que era uma das razões pelas quais a maior parte delas pertencia aos cartéis que dividiam a estrutura económica alemã. As firmas gigantescas que emergiram nesta altura viriam a dominar a história subsequente do capitalismo alemão e a determinar muitos dos seus avanços técnicos e êxitos de exportação. Com os pesados custos que tinham que suportar, precisavam de mercados em expansão se queriam assegurar lucros. Susceptíveis a recessões, a forma que assumiram e especialmente o seu empenho em controlar os mercados tornaram-se mais prementes na sequência de uma reacção defensiva face às quedas dos preços de 1870 e 1880.

Na indústria pesada e nas indústrias assentes na tecnologia as forças competitivas eram fracas. Estabeleciam-se relações mais estreitas entre a indústria e os bancos, produzindo grandes concentrações de poder económico, capazes de obterem concessões por parte do governo. Sob a protecção das barreiras alfandegárias, o caminho de ferro, que depois de 1871 se tornou cada vez mais um sistema estatal, oferecia a possibilidade de baixar o custo do transporte das exportações para as fronteiras ou para os portos, ao mesmo tempo que era evitada a penetração de importações. O desenvolvimento da capacidade industrial tornou a economia cada vez mais dependente das exportações, ao passo que o crescimento da população era demais para a capacidade produtiva da agricultura alemã. O problema das relações externas da Alemanha imperial punha-se assim de forma particularmente aguda a partir da década de 1880.

Os industrialistas, em particular os da indústria pesada, queriam mercados protegidos para a sua capacidade produtiva, que não parava de crescer. A protecção do mercado interno não lhes bastava; tinham também que ter acesso a mercados seguros noutros países. Por isso, os industrialistas começaram a defender uma nova política externa, bem como a expansão colonial. O crescimento do comércio externo alemão, numa situação internacionalmente competitiva, e

as primeiras investidas na esfera colonial implicaram a necessidade da criação de uma frota de alto mar. O armamento naval, tal como o equipamento militar, podiam ser uma saída para a capacidade em excesso da indústria pesada. Os agrários estavam interessados em protecção e encontravam-se fortemente ligados à classe alta tradicionalmente militarista. Todos estes interesses tendiam a favorecer uma política externa e colonial activa, apoiada pelo poder militar e naval. Uma aliança entre tais interesses significava que a política de hegemonia continental herdada de Bismarck se combinava com uma política de poder mundial, cujo instrumento indispensável seria uma marinha muito forte. Se as pretensões europeias da Alemanha deparavam com a oposição da França e da Rússia, o desenvolvimento dos armamentos navais e das aspirações a uma expansão colonial decerto levantariam suspeita e receios na Grã-Bretanha.

A história económica da Alemanha não pode ser separada da política do poder. Uma Alemanha industrialmente poderosa, na qual as velhas forças da autocracia e do militarismo tinham sido preservadas, teria forçosamente que desenvolver ambições políticas que entrariam em conflito com as posições já asseguradas pela Grã-Bretanha, França e Rússia. As forças económicas criaram as condições a partir das quais surgiram as tensões e um eventual conflito militar, mas os factores decisivos finais devem ser procurados a um nível político nas relações entre os Estados e no comportamento dos homens que controlavam os seus destinos.

De um ponto de vista económico, a industrialização alemã pode parecer um êxito absoluto. Comprimida num período de tempo relativamente curto, depressa dotou o país de uma indústria pesada altamente concentrada e tecnologicamente avançada. A ênfase dada por este «tardio» típico à educação, à especialização científica e à organização encontrou compensação no desenvolvimento de novos ramos de produção e contribuiu para dar à estrutura industrial um aspecto fortemente moderno. Quando se compara a Alemanha com a Grã-Bretanha, o país pioneiro e gradualmente desenvolvido, no qual muitos dos primeiros traços industriais se conservavam ainda no século XX, o êxito alemão parece ainda mais notável. O crescimento rápido da exportação e os êxitos alemães na competição com os produtos britânicos no mercado mundial punham aparentemente em relevo o contraste entre o país progressivo acabado de chegar à industrialização e o mais velho país industrial, menos adaptável.

Embora o quadro que esboçámos apresente um aspecto da verdade, ficaria incompleto se não acenássemos o facto de a transição alemã para uma sociedade industrial nos anos anteriores a 1914 não ter sido integral. A rapidez do crescimento industrial alemão deixara quase na mesma algumas partes da sociedade pré-industrial. Isto era um facto numa base geográfica, dado que havia largas

zonas da Alemanha que ainda não se encontravam maduras para o desenvolvimento industrial e que, por isso, conservavam um certo encanto relacionado com um mundo já antiquado. Por outro lado, como já vimos, a tradicional classe dirigente tinha mantido a sua posição no controlo do Estado e do exército e continuava a impor os seus próprios valores à sociedade. A classe média de riqueza recente cresceu no sistema estabelecido de deferências e precedências, aceitando, em larga medida, que à vida dos negócios faltasse a dignidade e prestígio que se verificavam nas aparências sociais, na vida militar e nas profissões honoríficas. Uma tal visão não inibia, de forma nenhuma, a procura de riqueza, mesmo por parte da nobreza, e, evidentemente, era resultado de decepções e desilusões. De qualquer forma, nessa época, o industrial ou comerciante alemão sabia que não podia dar-se ao luxo de descansar enquanto não obtivesse um lugar no mercado para os seus produtos. Tinha portanto uma voracidade maior pelo lucro do que o seu confrade britânico ou francês; só que deixou mais facilmente nas mãos da classe dirigente tradicional os assuntos políticos e ao mesmo tempo a definição das tendências sociais.

Outra característica do desenvolvimento social alemão que provocou alguma limitação na extensão da industrialização foi a sobrevivência do campesinato. Apesar de terem desaparecido em parte das propriedades do Leste, mesmo aí continuou a haver alguns camponeses prósperos. No resto da Alemanha, apesar das vicissitudes da agricultura na década de 1840 e de novo durante a Grande Depressão, o campesinato continuou a ser uma força social importante.

Apesar de a pressão em torno da terra, que acompanhou o crescimento da população, ter sido aliviada pela emigração em larga escala e também por uma migração constante para as cidades, em 1914 trabalhavam ainda na terra 10 milhões de pessoas, ou seja 35 por cento da população empregada. A agricultura foi-se tornando mais produtiva, a um ritmo firme, com o uso de fertilizantes, máquinas e melhores sementes. Especialmente importante foi o cultivo de tubérculos — batatas, beterraba e forragens —, para o qual os produtores se viraram quando os preços dos cereais caíram, no último quartel do século. Estas colheitas eram extremamente importantes nas regiões centrais e leste, onde algumas das grandes propriedades deram origem a verdadeiros centros de negócios agrícolas em larga escala.

Até à década de 70, a Alemanha manteve-se um exportador líquido de alimentos, mas mesmo a preservação de um vasto sector agrário não conseguiu impedir a crescente dependência das importações. A adopção de medidas de protecção e outras para defender a agricultura e preservar tanto a grande propriedade cerealífera como a quinta do camponês das pressões do mercado trouxe bene-

ficios duvidosos à economia alemã e teve talvez um efeito pernicioso no desenvolvimento social.

A conservação de um sector agrário, que só era tão vasto porque tinha apoios «artificiais», fez subir os custos dos géneros alimentícios e das matérias-primas produzidas internamente e só foi possível devido à existência de uma protecção tarifária completa. É muito provável que este facto tenha provocado alguma travagem no desenvolvimento industrial e que tenha feito com que o rendimento médio *per capita* fosse inferior ao que as potencialidades permitiam. No debate entre os tradicionalistas, que queriam conservar uma vasta população rural, e os defensores do Estado industrial, nenhum dos lados obteve uma vitória nítida susceptível de encontrar expressão na política. Em vez disso, e por intermédio das tarifas, chegava-se a um compromisso que só servia para desencadear tensões e contradições. O mercado interno para a indústria alemã cresceu mais lentamente do que poderia ter crescido se o sector agrário fosse fortemente contraído. Ao mesmo tempo, a crescente capacidade produtiva da indústria alemã obrigou-a a procurar saídas no mercado mundial, mas, apesar do aumento das importações alemãs, mesmo com protecção tarifária, o mercado de produtos estrangeiros na Alemanha situava-se a um nível inferior ao que seria de esperar. Quando a Alemanha se tornou um país capitalista avançado, era de esperar que a sua balança de pagamentos mostrasse um excedente de importações mais elevado.

Apesar de a autocracia nunca ter sido deliberadamente procurada e de, no período Caprivi, ter entrado em vigor uma política de redução de tarifas (1891-1902), a política proteccionista distorceu o relacionamento da economia alemã com a economia mundial, limitando o seu envolvimento nalguns aspectos. Por isso, a indústria procurou mercados seguros interna e externamente e o peso da indústria pesada na economia continuou a ser excessivo. Foi a indústria pesada que procurou uma aliança com os interesses dos grandes agrários, que favoreceu uma política externa e colonial activa, que defendeu largos dispêndios no exército e depois na construção de uma frota marítima. Estas pretensões adequavam-se bastante bem às forças tradicionais e conservadoras da classe dirigente e da burocracia e cimentaram ainda mais a aliança entre o carvão e o aço, por um lado, e o trigo e o centeio, por outro. É indubitável que a Alemanha pagou por isto, não só assumindo uma política externa arriscada que desencadeava antagonismos com a Grã-Bretanha, a Rússia e França, mas também aguentando, antes de 1914, um nível de vida mais baixo do que aquele a que poderia aceder de facto.

Os que ganharam, tirando os magnates da indústria pesada, os grandes bancos e os accionistas destas firmas, foram presumivelmente os proprietários rurais do Leste da Alemanha, agora efectivamente subsidiados, e o campesinato, que, enquanto classe sobre-

viveu. Para o campesinato, contudo, a sobrevivência nem sempre foi fácil e, se muitos camponeses foram poupados por terem ido para as fábricas, os outros não escaparam às vicissitudes do pequeno produtor numa economia de mercado. Por isso, muitos camponeses viram-se acossados por hipotecas e outras dívidas, apesar dos esforços dos bancos que davam créditos e das cooperativas, e o seu nível de vida foi ultrapassado pela pequena-burguesia urbana e pela classe operária. O ressentimento no seio dos sectores mais pobres do campesinato podia transformar-se no suporte de uma reacção política para os sentimentos nacionalistas que estavam fortemente implantados na Alemanha e que tendiam para o racismo e o anti-semitismo.

A industrialização alemã mostrou-se compatível com a preservação de uma classe dirigente agrária firmemente implantada e de um Estado dinástico com um carácter conservador e militarista. Foi uma industrialização que avançou sem a destruição do campesinato como classe e que proporcionou oportunidades para a emergência de um estrato de camponeses prósperos produzindo para o mercado. Como é notório, a sobrevivência e a prosperidade do campesinato ou de sectores substanciais do campesinato pareciam contradizer as expectativas do desenvolvimento capitalista, que marxistas e outros tinham formulado a partir da experiência inglesa. A luz das peculiaridades do desenvolvimento social e económico alemão talvez não fosse assim tão surpreendente. O funcionamento integral e livre das forças do mercado não tinha sido permitido por causa da sobrevivência, em determinadas zonas, do poder político de uma classe dirigente essencialmente agrária. Esta classe dirigente, no Leste da Alemanha, lançou uma reforma agrária a partir de cima, mas, em consequência disso, muitos dos antigos camponeses foram forçados a deixar a terra. Por outro lado, essa classe não tinha nenhum interesse em atacar os camponeses mais prósperos que já existiam ou que se estabeleceram no período a seguir à abolição da servidão. Noutras partes da Alemanha, aliás, também o senhor da terra não se tinha interessado pela direcção ou exploração das propriedades, ao contrário do que acontecera com os seus confrades britânicos. Por isso, os camponeses puderam manter o seu controlo sobre a terra e as operações agrícolas e não corriam qualquer risco de serem desapossados dos seus terrenos, a menos que a pressão das forças do mercado a isso os obrigasse. Nalguns locais, é certo, havia propriedades divididas em quintas bastante vastas, mas mesmo nestes casos eram as quintas familiares e as fazendas camponesas que predominavam. As mudanças por que passou o campesinato com o despertar da industrialização resultaram das forças do mercado, limitadas e modificadas pelos dirigentes, que não estavam interessados em apressar o desaparecimento do campesinato, mas em preservar esta classe tanto por razões sociais como por razões económicas.

Se a velha classe dirigente e o campesinato sobreviveram à era industrial, o mesmo sucedeu com um número substancial de artesãos e trabalhadores manuais do velho tipo e pequenos empresários e comerciantes, cujas actividades pouco tinham a ver com a indústria mecanizada e que, inclusivamente, podiam ser ameaçadas por ela. O controlo das guildas sobre as ocupações artesanais manteve-se até aos anos 1860, ou seja, muito depois de ter desaparecido na Grã-Bretanha, França e outras partes da Europa Ocidental. As novas leis regulando o direito de entrada nestas ocupações e outras profissões só demoliram os poderes compulsórios das guildas, que continuaram a existir como corpos voluntários e ainda influentes. Tal como noutros países, a industrialização foi um processo fragmentado e gradativo a nível geográfico e também porque apenas algumas actividades foram fortemente afectadas pela mecanização e pela organização em larga escala. Em largas zonas do país, a vida continuou a ser em larga medida como antes, com cidades dispostas de mercado que serviam as regiões circundantes e que albergavam um número certo de artesãos. A crescente prosperidade nacional significava, nalguns casos, que o pequeno produtor podia florescer, entrar em novos campos e aumentar como corpo económico. Resumidamente, podemos dizer que a Alemanha, no século xx, continuava a exibir algumas das características de uma economia dual, a um nível muito mais forte do que acontecia em Inglaterra.

A sobrevivência do artesanato, como é evidente, também estava relacionada com a preservação de uma sociedade rural e campesina. Era na pequena cidade de zonas predominantemente rurais que o artesanato fazia mais negócio. Foi nas proximidades de novas zonas industriais que muitos antigos artesãos, ou trabalhadores a eles ligados, se viram despossosados da posição que tinham ou ameaçados pelos métodos fabris. Pelo menos uma parte da cada vez mais vasta classe operária do segundo e terceiro quartéis do século xix terá sido constituída por antigos artesãos (usando o termo num sentido lato) que, apesar de poderem ganhar talvez mais na fábrica, sentiam que as suas capacidades de trabalho tinham sofrido uma degradação e que, por isso, experimentavam uma sensação de perda. Este ressentimento latente dos antigos artesãos contribuiu para a fundação de um movimento laboral, particularmente o do tipo lassalliano. Os artesãos que continuavam agarrados aos velhos comércios, e que se mantinham em bom número, procuraram outros remédios para o seu sentimento de insegurança. Enquanto o proletariado se mostrou resignado face ao crescimento da indústria em larga escala, os artesãos tentaram detê-lo; voltaram-se para um passado idílico e encontraram porta-vozes entre os intelectuais românticos ou os conservadores, que também pensavam que a industrialização estava a destruir algo de precioso da velha Alemanha.

Em certa medida, portanto, havia alguma oposição ao industrialismo entre a velha classe agrária dirigente, o campesinato e os artesãos e uma tendência que os reunia na defesa de políticas restritivas e conservadoras. Destes estratos pré-industriais proveio idêntica hostilidade perante muitas das manifestações do capitalismo industrial; a procura de um estatuto numa sociedade cada vez mais dominada pelo nexo do dinheiro e do negócio, uma ênfase na comunidade e não nas relações de mercado, desconfiança em relação às cidades e especialmente em relação ao banqueiro e ao Judeu. Tais sentimentos encontraram um largo eco na classe média, nomeadamente entre os pequenos comerciantes, nos círculos profissionais da província, no exército e nas universidades. Todos estes corpos convergiram para formar uma larga base para um sentimento nacionalista e vagamente anticapitalista, inconsistente e contraditório, irracional e reaccionário, que forneceu um pano de fundo ideológico algo incongruente para a ascensão da Alemanha ao poder mundial. Sentimento que se revelou hostil ou inconciliável com a República de Weimar e que lançou as raízes do nacional-socialismo.

Apesar das grandes conquistas alcançadas pela industrialização na Alemanha, a sua capacidade para remodelar a sociedade foi muito menor do que na Grã-Bretanha. Levou consigo muitos sobreviventes pré-industriais que começaram a assumir novas formas, à medida que se viam confrontados com a economia de mercado e o poder industrial. Depois da formação do Reich, o papel do Estado, ainda dominado pelos interesses da classe dinástica e agrária, apesar de já aliados intimamente à nova aristocracia dos negócios, começou de novo a ganhar importância. A contribuição que o Estado (ou seja da Prússia) deu para a preparação das condições para um crescimento antecipado da indústria na Alemanha pode ser facilmente exagerada. Até à década de 1840, a sua influência nos campos monetário e bancário, nas leis comerciais e das companhias, nos transportes e na construção do caminho de ferro foi, de um modo geral, conservadora, na tradição pré-industrial do século xix. Depois, o seu principal contributo foi no sentido da liberalização: comércio livre interno através do *Zollverein*, tarifas moderadas e tratados comerciais, a aplicação virtual em questões comerciais do programa da Escola de Manchester. A tendência para o intervencionismo foi um colapso industrial e uma queda brusca dos preços agrícolas.

Cimentada a aliança agrário-industrial pela Lei das Tarifas de 1879, estava aberto o caminho para uma política de intervenção estatal em novos moldes. Como Bismarck a concebia inicialmente, tratava-se de uma adaptação das velhas estruturas às mudanças, adaptação que permitia à classe dirigente e à dinastia sobreviverem aos novos tempos. A indústria e a burguesia industrial, que poderia ter-se tornado um sério rival dos agrários, precisavam do apoio do

governo para defender o seu mercado interno contra a forte competição britânica. Por isso, tinha que aceitar uma política de protecção agrária, agora defendida pelos *Junkers*, que anteriormente tinham advogado o comércio livre como um corolário dos seus próprios pedidos. A protecção tarifária permitia a Bismarck obter a independência financeira necessária para prevenir a repetição da crise constitucional que o tinha levado ao poder no princípio da década de 60. A sua política incluía agora uma firme defesa da propriedade privada, após interdição do Partido Social-Democrata, e uma tentativa para obter a lealdade da classe operária ao Reich, através de um sistema de segurança social a cargo do Estado. Entretanto, o Estado ia alargando firmemente o seu controlo sobre o sistema ferroviário e, dessa forma, podia manipular os custos desse domínio, de forma a defender o mercado interno, ao mesmo tempo que estimulava as exportações.

A inspiração da política industrial e social alemã no final do século XIX pode ser encontrada numa tradição contínua de paternalismo estatal que, agora, procurava adequar-se aos novos problemas levantados pela industrialização. No entanto, havia sérias divergências sobre se o Estado devia intervir para preservar o mais possível as velhas formas sociais ou se devia aceitar a integração industrialista da Alemanha. Por isso, a legislação assumiu um carácter contraditório. Apesar da aliança entre a nobreza agrária e os senhores da indústria pesada, a política parecia amiúde inclinar-se mais para uns interesses do que para outros. O Estado, susceptível face a pressões contraditórias, tinha, ao mesmo tempo, que desempenhar um papel de árbitro. Por vezes, parecia favorecer os camponeses contra os grandes produtores de cereais ou os artesãos e os pequenos comerciantes contra os grandes negócios. As concessões reais ou aparentes eram necessárias em consequência da pressão social e eleitoral que estes estratos médios podiam impor, mas é indubitável que as traves mestras da política eram determinadas pelos poderosos interesses agrários e industriais. Porém, a aliança cimentada em 1879 ficou sujeita a desgaste, à medida que a balança económica caiu para o lado da indústria e que a Alemanha se tornou inevitavelmente dependente dos cereais importados. Apesar deste facto e das vantagens prováveis de um declínio mais rápido do sector agrário (declínio que, apesar da protecção e outros apoios, se verificou), a Alemanha industrial mantinha ainda, até 1914, uma proporção considerável da sua população activa na terra. Por outras palavras, nos compromissos que foram formulados sobre questões de política económica, os agrários conseguiram manter uma posição forte.

O Estado Alemão foi um pioneiro na promoção da segurança social obrigatória para a população trabalhadora. O único objectivo, parcialmente realizado, era afastar a classe operária da social-

-democracia, diminuindo a insegurança causada pelo alargamento das relações de mercado e por uma crescente urbanização. Se esta política não chegou para diminuir a influência política do Partido Social-Democrata, no entanto conseguiu, juntamente com a expansão industrial que prosseguiu na década de 1890, abrandar-lhe o ímpeto revolucionário e transformá-lo cada vez mais na prática numa oposição reformista leal. Esta política era aplicada num contexto que ainda era reaccionário. O Estado dinástico mantinha-se e não havia um controlo parlamentar efectivo sobre os poderes autocráticos que esse Estado legalmente possuía. A nobreza fundiária e a burocracia a ela ligada mantinham os seus privilégios e o prestígio social e, através da sua influência na política do Estado, atrasavam a redução do peso da agricultura na economia, que a industrialização requeria. Ainda a coberto do Estado, outros sectores da velha ordem económica encontravam protecção e prolongavam a sua vida artificialmente até ao século XX.

A política industrial e social alemã tratava ainda de adaptar as velhas instituições às novas exigências; não se encontrava ainda perfeitamente sintonizada com as necessidades de uma sociedade industrial. No entanto, apesar da preservação de muito do que era arcaico, a indústria avançou a passos largos, o que contribuiu para aumentar desgastes e tensões. A indústria avançou com crescente agressividade para os mercados estrangeiros. Procurou o apoio do Estado para os seus planos expansionistas. A política naval e colonial conseguiu um forte apoio. O facto de a transformação interna ser incompleta, tornou mais imperativa a procura de mercados estrangeiros, a procura de «um lugar ao sol». Quanto aos objectivos nacionais, por mais perigosos que fossem, conseguia-se atingir um forte consenso. Os armamentos que a política externa exigiu significavam encomendas para a indústria pesada e contribuíam para a prosperidade geral, alimentando cada vez mais o fervor e a ambição nacionalistas, cuja força nada detinha.

Dentro deste quadro o capitalismo industrial alemão transportou consigo e desenvolveu fortemente características que trazia dos seus primeiros passos. O papel motor desempenhado pela indústria pesada e a necessidade — na ausência de acumulações já existentes, susceptíveis de serem canalizadas para o investimento — de recorrer, numa fase inicial, à sociedade anónima e aos empréstimos bancários produziram uma estrutura industrial altamente concentrada. Nos principais sectores da indústria de vanguarda os cartéis e os monopólios tinham praticamente extinguido a competição e havia uma inter-relação muito estreita entre firmas industriais e instituições bancárias. A necessidade de adquirir e assimilar pericia e conhecimentos técnicos com grande rapidez e o reconhecimento da importância da educação científica e técnica impediram a indústria germânica de recorrer a um processo de mudança tecnológica

com os interesses agrários, mais do que um simples reflexo da participação da Alemanha na divisão internacional do trabalho. Nas condições mundiais da época, a expansão do comércio era de molde a proporcionar um auge na competição. Os comerciantes alemães introduziram-se em mercados em que tinham que competir muito renhidamente com os seus rivais britânicos. A indústria e a finança procuravam esferas de influência privilegiadas. A aliança entre a grande indústria, os agrários, os defensores de uma frota marítima e de uma política externa radical empurraram a Alemanha para a cena política internacional de uma forma tal que, por todo o lado, se registaram reacções particularmente agitadas. A corrida aos armamentos navais e militares que se seguiu precipitou a hipótese de guerra entre os principais poderes industriais. É certo que os acontecimentos que precederam o eventual conflito tinham um carácter político e que as decisões foram tomadas por ministros e não por homens de negócios. Porém, por trás dos quadros políticos dos respectivos poderes, podemos discernir as forças motrizes compulsivas do capitalismo avançado, que dificilmente conseguiram conter-se dentro dos estreitos limites do Estado nacional. A ascensão da Alemanha industrial, um industrializado «tardio» excluído das primeiras fases da expansão colonial e com a peculiar combinação de forças políticas e sociais internas que já assinalámos, deu à confrontação entre os diversos poderes em fins do século XIX e princípios do século XX um carácter particularmente tenso e perigoso. Combinando uma tendência para a hegemonia no Continente, que deparava com a forte oposição da França e da Rússia, com aspirações ao poder mundial, que os levou a um choque com interesses britânicos estabelecidos, os dirigentes alemães corriam para o abismo. Uma tal combinação política teria sido impensável, bem como desnecessária, se não houvesse o enorme poder industrial edificado nas décadas anteriores.

É difícil evitar a conclusão de que a industrialização alemã, na forma que assumiu e nas condições internacionais que prevaleciam, era de molde a conduzir a uma tendência para a expansão externa que pode ser descrita correctamente como «imperialista». Era perfeitamente inevitável que tal tendência levasse a um choque com os poderes estabelecidos. O capitalismo desenvolveu-se dentro das formas políticas do Estado nacional de forma muito irregular. As pressões para que o capitalismo contribuísse, devido à sua natureza intrínseca, agravaram a rivalidade entre os Estados, através dos quais a burguesia de cada país, aliada ou não à classe dirigente tradicional, procurava a expressão dos seus interesses específicos. Este processo era acompanhado por um crescente relacionamento comercial entre os próprios rivais industriais que expressava a racionalidade do mercado e a divisão internacional do trabalho em condições determinadas. Contudo, no processo global de desenvolvimento neste estágio não era esta a influência predominante. O exclusivismo

nacional e o proteccionismo, a confrontação dos grupos capitalistas rivais operando numa base nacional, os imperativos das indústrias e das instituições financeiras edificadas pelas diversas burguesias, faziam avançar a dinâmica do expansionismo capitalista pelos carris do Estado-nação.

Neste contexto, a responsabilidade da Alemanha — da sua burguesia ou da sua classe dirigente, ou dos seus dirigentes, no sentido político mais estreito — pela crise da civilização capitalista no século XX não foi maior do que a da Grã-Bretanha, França ou Rússia. A diplomacia podia influenciar o ritmo dos acontecimentos e a posição dos Estados numa dada altura podia ser mais ou menos habilidosa, podia ainda fazer prevalecer ou não a razão quando se tratava de tomar certas decisões: no entanto, não lhe era possível controlar as forças subjacentes mais profundas. O modo como a industrialização se tinha desenvolvido, as formas que assumiu dentro do sistema de Estados europeus então existente, produziram todos os elementos no sentido de um choque entre os grandes poderes capitalistas que nenhuma intervenção diplomática poderia evitar. A forma como o capitalismo industrial de facto se desenvolveu, como parte do sistema de Estados nacionais (e dificilmente poderia ter sido de outra forma), forneceu a força motriz, tal como os meios, para guerras cuja escala e intensidade não tinham precedente na história humana. Por isso, dificilmente se poderá atribuir a responsabilidade pela ocorrência de tais guerras a indivíduos ou nações. Talvez mais do que qualquer outro factor tenha sido a ascensão da Alemanha industrial que, como o aspecto específico que assumiu, provocou a inevitabilidade de uma guerra determinada, numa certa altura, contra os outros países capitalistas industriais.

Os historiadores da Economia consideram normalmente a industrialização alemã como a história de um grande êxito, apontada como um exemplo, pelo menos implicitamente, à Grã-Bretanha e à França, acusadas de, de alguma forma, terem ficado para trás. Os esclarecimentos que fizemos acerca das perturbações e tensões internas e internacionais, causadas pelo rápido crescimento alemão, impedem-nos de fazer uma abordagem tão entusiástica como essa. Porém, à guisa de conclusão, podemos esclarecer algumas particularidades da verdadeira natureza do processo de industrialização alemão, o que servirá para perspectivar melhor a questão.

O índice de «êxito» é normalmente encontrado a partir do crescimento da produção de matérias básicas, como o carvão, aço, produtos químicos pesados e produtos de engenharia. O suporte de análise é fornecido por estatísticas que mostram o crescimento na produção e na produtividade durante o período entre os anos 1870 e 1914 ou a rápida expansão do comércio externo. Numa base *per capita*, contudo, o rendimento nacional alemão estava bastante

abaixo do britânico e perto do francês, e, neste particular, a Alemanha não ultrapassou a Grã-Bretanha até à década de 1900. É verdade que, para além do forte volume da produção alemã de matérias básicas para o industrialismo do século XIX, a Alemanha era também reconhecida como o país número um em novos campos dependentes de tecnologias avançadas. Mesmo a este nível será necessário usar de alguma cautela. De facto, a Alemanha era o número um, a nível mundial, nalguns ramos da produção química: mas para que eram usados esses produtos? Os corantes sintéticos foram, na sua maior parte, para a mais tradicional das indústrias, os têxteis. Outros produtos químicos iam para o vasto sector agrícola (nomeadamente fertilizantes) ou para os armamentos (nitratos para explosivos). Mesmo no caso da electricidade, esta estava em larga medida a ser substituída pela energia a vapor. Feitas as contas, a industrialização alemã, que não era ainda um processo acabado em 1914, era uma industrialização típica do século XIX. Pode ser vista como uma aplicação bem sucedida, com alguns acrescentos nacionais, do «modelo» britânico, mais do que como um presságio do século XX. Isto é verdade tanto a nível do produto misto (reflectindo a natureza do mercado e, portanto, a distribuição de rendimentos do país), como quanto à forma assumida pela organização do processo laboral (aspecto a que os historiadores económicos prestam muito pouca atenção). Neste particular, a indústria alemã parecia ainda ser basicamente tradicional, recorrendo a trabalho relativamente barato e qualificado. Havia poucos índices da linha de montagem; dos métodos de produção em cadeia e da organização científica. Estes processos não estavam a ser desenvolvidos na Alemanha, mas sim nos Estados Unidos, e, durante o movimento de «racionalização» da indústria alemã nos anos 1920, esta teve que ir à escola dos Americanos (tal como tinha feito em relação aos Britânicos a meio do século XIX). O mesmo aconteceu, numa escala ainda mais vasta, no período posterior a 1945. Em ambos os períodos, é verdade que, devido ao facto de, no estrangeiro, ser pouco entendida a força económica inerente à Alemanha, a sua elasticidade em tempo de guerra e a sua capacidade de recuperação depois da guerra foram grosseiramente subestimadas.

PROBLEMAS PARA DISCUSSÃO

1. Explique a partida tardia da Alemanha na corrida para a industrialização.
2. Examine o curso das transformações agrárias na Alemanha na primeira metade do século XIX, com uma referência especial aos seus efeitos na preparação da via para o avanço industrial.

3. Discuta o *Zollverein* e o caminho de ferro como instrumentos da unificação económica alemã.
4. Por que motivos os bancos de investimento desempenharam um papel tão proeminente na industrialização alemã?
5. «O que Bismarck tentou fazer foi meter a economia política de uma época de produção em massa no quadro ultra-passado de uma sociedade habituada a promover uma vida nacional pré-industrial» (R. A. Brady). Discuta este ponto de vista.
6. Qual foi o significado da lei tarifária de 1879?
7. Por que razão foi a indústria de corantes sintéticos alemã capaz de alcançar uma posição tão claramente dominante nos mercados a nível mundial antes de 1914?
8. Explique as causas da rapidez da industrialização alemã, assinalando as suas limitações e indique em que medida a Alemanha beneficiou das vantagens de ter iniciado a sua industrialização tardiamente.